



Na reunião da CPI, Raul Jungmann (E), Biscaia, Amir Lando e Arnaldo Faria de Sá

CPI dos Sanguessugas pede indiciamento de 10 pessoas

Comissão aprovou relatório final sugerindo que o Ministério Público indiciasse Gedimar Passos, Valdebran Padilha, Hamilton Lacerda,

Jorge Lorenzetti, Osvaldo Bargas, Expedito Veloso, Abel Pereira, José Airton, Raimundo Lacerda e José Caubi Diniz. **Página 3**

Controle aéreo terá R\$ 600 milhões

Decisão do governo de destinar recursos para custeio e aquisição de equipamentos foi anunciada a integrantes de comissão especial do Senado. **Página 6**

Aposentadoria especial para servidor público

Comissão de Assuntos Sociais aprova três condições para o servidor público com 25 anos de contribuição fazer jus à aposentadoria especial. **Página 8**

Congresso aprova LDO depois de cinco meses de impasse

O impasse em torno da lei que orienta a elaboração do Orçamento federal para o próximo ano durou até o último instante da votação

de ontem, no Plenário do Congresso. Mas um acordo colocou fim à disputa que durava cinco meses, e a LDO foi aprovada. **Página 7**



Roosevelt Pinheiro

Relator da LDO, Jucá (ao centro, entre parlamentares) participa da sessão do Congresso Nacional

Impresso Especial
5362005/DI/1518
SENADO FEDERAL
CORREIOS



Mercosul já tem seu Parlamento

Com a presença de Lula e delegações de cinco países, sessão inaugural marca o perfil político de um bloco antes dominado pelos aspectos econômicos



Parlamentares e convidados aplaudem o nascimento do Parlamento do Mercosul



Entre Renan e Aldo, o presidente Lula deixa o Congresso após participar da solenidade

Uma sessão de duas horas e meia, no Plenário do Senado, marcou ontem o início do Parlamento do Mercosul. O novo órgão será composto por 18 parlamentares de cada integrante do Mercosul: Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela (este, em processo de adesão). Presidente *pro tempore* da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, o senador Sérgio Zambiasi recordou as dificuldades que antecederam o nascimento da União Européia, hoje “exemplo de construção de unidade entre povos”. O presidente do Senado, Renan Calheiros, assegurou que o Brasil não tem pretensão de hegemonia na região. O presidente Lula preveu o avanço da supranacionalidade. **Páginas 4 e 5**

José Cruz

Célio Azevedo

Jane Araújo

Senador cita redução de gastos de custeio, este ano e em 2005, no total de R\$ 74 milhões, além de economia de R\$ 41 milhões com o fim das convocações



Reunidos com Aldo e Renan, membros das Mesas das duas Casas e líderes partidários discutem nova remuneração dos parlamentares

Renan: corte de despesas garante aumento do teto dos senadores

Logo após reunião conjunta com a presença de deputados e senadores para discutir a fixação do teto parlamentar para a próxima legislatura, o presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que os líderes partidários e os membros da Mesa Diretora da Câmara e do Senado decidiram equiparar o teto do Legislativo ao teto do Judiciário. Renan ressaltou que a medida será efetuada sem aumento de gastos para o Senado, em virtude de outras medidas de contenção de despesas.

Atualmente, o teto do Judiciário é de R\$ 24,6 mil, enquanto a remuneração de deputados e

senadores não pode ultrapassar R\$ 12,8 mil por mês.

Renan registrou os cortes de despesas no último biênio no Senado. Em 2005, segundo ele, foram cortados R\$ 24 milhões em gastos de custeio. Este ano, esse valor deve alcançar R\$ 50 milhões. São classificadas como despesas de custeio, entre outras, os dispêndios em diárias, viagens, telefone e xerox.

O presidente do Senado também lembrou que o Congresso Nacional extinguiu, no começo de 2006, o pagamento de indenização por convocação extraordinária, o que correspondeu, somente

no Senado, a uma economia de R\$ 41 milhões por convocação. Recordou ainda que o Senado rejeitou proposta aprovada pela Câmara dos Deputados em 2005, que propunha um aumento de 67% para os parlamentares. Pelos cálculos da administração do Senado, a proposta implicaria gastos no biênio da ordem de R\$ 360 milhões.

— O que se busca é uma fórmula definitiva, perene, que leve em conta a austeridade, o corte de gastos e defina parâmetros claros para a fixação dos vencimentos dos parlamentares — disse o presidente do Senado.

Lei do Supersimples passa a vigorar em julho de 2007

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participou ontem, no Palácio do Planalto, da solenidade de sanção pelo presidente Lula, do Estatuto das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte — conhecido como Supersimples. A lei foi aprovada em 22 de novembro e passa a vigorar a partir de 1º de julho de 2007.

Lula enalteceu a importância dos debates no Senado e na Câmara na aprovação de matérias importantes. A seu ver, o Congresso este ano demonstrou responsabilidade ao aprovar o salário mínimo e votou todas as matérias de grande relevância para a sociedade, como o Fundeb e o Supersimples.

Lula e Alencar são diplomados em cerimônia no TSE

Em uma curta cerimônia no fim da tarde de ontem, o presidente Lula e o vice-presidente José Alencar receberam das mãos do presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Marco Aurélio Mello, os diplomas atestando que foram reeleitos. Os presidentes do Senado Federal, Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, participaram da cerimônia.

Em seu discurso, Lula afirmou que os brasileiros podem comemorar a solidez e a maturidade da democracia brasileira. Ele disse que os eleitores votaram da maneira que acharam melhor, e acrescentou: “Acabou-se o tempo do voto de cabresto”.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário

A sessão de hoje, prevista para as 9h, é destinada a discursos e comunicados da Mesa diretora. Entre os inscritos para falar estão o senador Paulo Octávio (PFL-DF) e a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT). Na próxima semana, continuam na pauta emendas constitucionais, como a que aumenta o prazo do mandato do presidente da República e acaba com a reeleição.

Orçamento

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) realiza reuniões às 10h, às 14h30 e às 18h para discutir e votar relatórios setoriais apresentados à proposta orçamentária para o ano de 2007 (PL 15/06-CN). O colegiado deve examinar ainda projetos de lei com pedidos de crédito suplementar a ministérios e outros órgãos públicos.

180 Anos do Senado

A TV Senado apresenta às 22h45 a última parte da série *180 Anos do Senado*. O programa relata o *impeachment*, a popularização das CPIs e as perspectivas para a democracia.

Fale com o Senado

O serviço Alô Senado recebe ligações gratuitas pelo telefone 0800 612211, durante 24 horas. Perguntas, sugestões e reclamações são encaminhadas aos órgãos competentes.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich, Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 2º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Tião Viana, Efraim Morais, Mão Santa e Válder Pereira e pela senadora Heloísa Helena

Comissão parlamentar mista de inquérito aprova relatório final do senador Amir Lando com recomendações para “barrar a repetição de ilícitos”

fotos: José Cruz



Entre Biscaia (E) e o deputado Arnaldo Faria de Sá, Amir Lando apresenta relatório

CPI dos Sanguessugas propõe que sejam indiciadas 10 pessoas

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) dos Sanguessugas aprovou ontem, por unanimidade, o relatório final dos trabalhos do colegiado, com um documento composto por dois volumes e sugestão para que o Ministério Público indiciasse dez pessoas por crimes diversos. No entanto, o relatório não cita, segundo Lando, nenhum ex-ministro da Saúde por falta de provas.

O primeiro volume, com 494 páginas, mostra o resultado das investigações sobre o envolvimento do Poder Executivo com o esquema de fraudes criado para utilizar irregularmente recursos do Orçamento da União para a compra de ambulâncias com preços superfaturados. Já o segundo volume, com 487 páginas, relata as investigações complementares, bem como as sugestões de controle para impedir a má utilização de recursos públicos. Conforme

o relator da CPI mista, senador Amir Lando (PMDB-RO), são propostas necessárias para “barrar a repetição de ilícitos”.

– Caso contrário, não ultrapassaríamos a mera hipocrisia, sem a receita de remédios eficientes, às vezes amargos, para combater o desperdício de recursos.

Esse relatório é resultado da segunda fase de trabalhos da CPI. Na primeira, investigou-se o envolvimento de parlamentares no esquema de fraudes. O relatório parcial, aprovado em agosto, apresentou uma relação com o nome de 72 parlamentares – entre deputados e senadores –, que, por sugestão dos membros da CPI, passaram a ser investigados pelos respectivos conselhos de Ética das duas Casas.

Para o presidente da CPI, deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), a comissão realizou um trabalho árduo e “não terminou em pizza”.

Biscaia aponta resultado vitorioso; Jungmann se declara insatisfeito

O trabalho realizado pela CPI dos Sanguessugas foi vitorioso, apesar de não ter sido completo e final. A afirmação foi feita ontem pelo presidente do colegiado, deputado Antonio Carlos Biscaia, logo após a reunião que aprovou o relatório final da comissão. Ele salientou que, se a comissão tivesse mais tempo, poderia investigar a relação do esquema também com as prefeituras.

Já o vice-presidente da comissão, deputado Raul Jungmann (PPS-PE), disse ter ficado insatisfeito. Jungmann reclamou da falta de informações a respeito do possível envolvimento de ministros com a máfia das ambulâncias, uma vez que o esquema funcionava nos ministérios da Saúde e da Ciência e Tecnologia. Reconheceu, no entanto, que a CPI representou um avanço.

Segundo Vedoin, Abel e José Airton eram intermediários

No primeiro volume do relatório final da CPI, que trata do envolvimento do Poder Executivo com a máfia dos sanguessugas, o senador Amir Lando sugere ao Ministério Público o indiciamento de Abel Pereira, José Airton Cirilo, Raimundo Lacerda Filho e José Caubi Diniz por diversos crimes que vão desde tráfico de influência até fraudes em licitações, passando por atos de improbidade administrativa e corrupção ativa.

Conforme o empresário Luiz Antonio Vedoin – dono da empresa Planam e acusado de comandar a máfia das ambulâncias –, o empresário Abel Pereira seria o responsável por intermediar a liberação de verbas para a compra de ambulâncias no Ministério da Saúde durante a gestão de Barjas Negri, atualmente prefeito de Piracicaba (SP) pelo PSDB.

José Airton, ex-presidente do PT no Ceará, teria recebido, também segundo Vedoin, R\$ 400 mil pela liberação de R\$ 8 milhões pelo então ministro da Saúde, Humberto Costa, para a compra de cem ambulâncias da Planam. José Caubi e Raimundo Lacerda seriam intermediários de José Airton para contatos junto aos governos petistas no Piauí e em Mato Grosso do Sul, sempre de acordo com as acusações de Vedoin.

No relatório, Lando também sugere a oitiva de vários funcionários do Ministério da Saúde visando esclarecer dúvidas sobre o esquema de fraudes.

MCT

A CPI dos Sanguessugas concluiu que houve envolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) com a máfia das ambulâncias. De acordo com o relatório, uma série de vícios foi detectada na implantação do projeto de Inclusão Digital, como, por exemplo, a falta de critérios para a indicação da conveniência de aquisição de ônibus, em vez da criação de centros fixos de informática.

O relatório traz uma lista com o nome de várias pessoas envolvidas nesse projeto, com a sugestão para que sejam investigadas pela Justiça.

Com relação aos municípios acusados de favorecer o esquema de fraudes por meio de licitações fraudulentas, Lando relacionou 58 municípios, mas observou que esse número pode ser maior.

Relator propõe mecanismos para evitar má utilização de recursos

O esquema de compra de ambulâncias por valores superfaturados com recursos do Orçamento da União não estava restrito apenas às 21 empresas do grupo Planam, mas envolvia outras 25, de acordo com o segundo volume do relatório final de Amir Lando.

O parlamentar salienta que o rol apresentado no documento não é exaustivo, mas apenas pretende dar uma noção de como a corrupção pode surgir a partir de lacunas no orçamento público.

– Causa verdadeiro pânico imaginar quantos outros grupos empresariais assemelhados podem existir em outros setores da administração pública, e que ainda seguem impunes – alertou o senador.

Neste segundo volume do relatório, que contém 477 pági-

nas, ele sugere o financiamento público de campanhas eleitorais e o término das transferências de recursos públicos para organizações não-governamentais (ONGs), entre outras medidas, como mecanismos de controle com a finalidade de evitar a má utilização dos recursos públicos.

Amir Lando não propôs nenhum projeto de lei ou proposta de emenda à Constituição nesse sentido porque, conforme explicou, já existem proposições em tramitação no Congresso Nacional com o objetivo de disciplinar o uso de recursos do Orçamento da União. De acordo com o senador, devem ser inseridas nas discussões parlamentares as sugestões de como melhorar o controle da administração pública oferecidas pela comissão.

Cruzamento de dados esclarece tentativa de comprar dossiê

O relatório final da CPI dos Sanguessugas, em seu segundo volume, propõe que o Ministério Público promova o indiciamento, por formação de quadrilha, de Gedimar Passos, Valdebran Padilha, Hamilton Lacerda, Jorge Lorenzetti, Osvaldo Bargas e Expedito Veloso, todos envolvidos com a tentativa de compra do dossiê que supostamente incrimina políticos do PSDB com a máfia das ambulâncias.

O aprofundamento das investigações e o esclarecimento, mesmo parcial, sobre fatos relacionados ao dossiê, disse o senador Amir Lando, relator da CPI, foram possíveis pelo cruzamento de dados fornecidos pela Polícia Federal com os levantados pela equipe técnica da comissão. Entre essas informações, depoimentos,

análises de chamadas telefônicas e imagens de câmeras de vídeo, por exemplo, possibilitaram esclarecer os acontecimentos.

Amir Lando propõe que haja continuidade das investigações quanto à origem do dinheiro que foi encontrado com Gedimar e Valdebran – cerca de R\$ 1,7 milhão – quando foram presos, em setembro, no Hotel Ibis, em São Paulo. Lando recomenda, ainda, que seja investigada a possibilidade de ter havido infração eleitoral no episódio do dossiê.

O segundo volume apresenta também uma coletânea de providências sugeridas ao longo do relatório, que, conforme o parlamentar, deve servir como referência rápida dos resultados das investigações e de tudo o que foi proposto pela CPI.



Parlamentares da comissão mista aprovaram relatório por unanimidade



Instituição será composta, inicialmente, por 18 parlamentares de cada membro do bloco: Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela

Parlamento do Mercosul ajudará integração continental

O processo de integração continental, que sempre teve um forte conteúdo econômico, conquistou novo espaço político. Com a presença do presidente Lula e de delegações dos cinco países do bloco, foi realizada ontem, no Plenário do Senado Federal, a sessão extraordinária do Congresso Nacional destinada à instalação do Parlamento do Mercosul.

O novo órgão será composto inicialmente por 18 parlamentares de cada integrante do Mercosul: Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela – este último, em processo de adesão. Eles não terão ainda o poder supranacional de elaborar leis com validade em todo o bloco, mas representarão os seus países nos debates sobre os rumos da integração.

– O Parlamento do Mercosul será um laboratório político para que avancemos no sentido da supranacionalidade – disse Lula, antes de anunciar a intenção do governo brasileiro de assumir sua responsabilidade na ajuda ao desenvolvimento dos países



Legislativo do bloco é instalado em sessão solene do Congresso Nacional, realizada no Plenário do Senado

mais pobres do bloco.

Ao encerrar a sessão, o presidente do Senado, Renan Calheiros, lembrou que muitas vezes o Brasil é visto com desconfiança pelos demais países da América do

Sul, em virtude de suas dimensões geográficas e de sua força econômica. Mas assegurou que o país não tem “pretensões hegemônicas”.

O êxito obtido no processo de integração

européu foi citado por alguns oradores. No início da sessão, o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), presidente *pro tempore* da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPCM) – que será substituída pelo Parlamento –, recordou as dificuldades que antecederam o nascimento da União Européia, hoje apontada como “exemplo de construção de unidade entre povos, países, economias, histórias e culturas diversas”.

Falaram ainda os presidentes da representação da Argentina na comissão, deputado Alfredo Atanasof; do Uruguai, deputado Roberto Conde; do Paraguai, senador Alfonso González Núñez; e da Venezuela, deputado Saúl Ortega.

Também estiveram presentes na sessão, que durou duas horas e meia, o presidente da Câmara, Aldo Rebelo; o presidente da Comissão de Representantes do Mercosul, Carlos “Chacho” Álvarez; e os ministros das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim; do Paraguai, Rubens Ramírez Lescano; e do Uruguai, Reinaldo Gargano.

Zambiasi defende harmonização das legislações dos países do bloco

O Parlamento do Mercosul nasce com o “compromisso da transparência e da austeridade”, disse o senador Sérgio Zambiasi, presidente *pro tempore* da Comissão Parlamentar Conjunta do bloco, na sessão inaugural. O parlamentar ressaltou os compromissos conjuntos de respeito à pluralidade ideológica e política e de defesa permanente da democracia.

– Após um amargo período em que muitos congressos em nosso continente foram fechados ou enfraquecidos, e de um pacífico processo de reconquista e consolidação da democracia, estamos vivendo um dos



Zambiasi: é preciso segurança jurídica e estabilidade para atrair investidores

mais importantes fatos políticos dos últimos tempos: o nascimento de um parlamento – afirmou o senador.

Sérgio Zambiasi defendeu a harmonização das legislações das nações do bloco, e até mesmo de suas constituições, para garantir o desenvolvimento do processo de integração do continente. A seu ver, será necessário

apresentar um processo de estabilidade institucional e de segurança jurídica para que “os povos, as instituições e os investidores sintam-se confortáveis para conviver, transitar e empreender na região”.

Aldo diz que nações mais pobres não querem favor, mas sim solidariedade

O presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, afirmou que a generosidade dos países mais ricos com os menos desenvolvidos é fundamental na consolidação do bloco econômico e não significará favor nenhum a ser concedido por nações como Brasil e Argentina, que são os integrantes mais prósperos desse mercado.

– É fundamental a generosidade daqueles que têm maior capacidade de proceder, apoiar e ajudar os integrantes detentores de maior fragilidade econômica. E acho que esse papel o Brasil, principalmente, assim como a Argentina,



Aldo recomenda generosidade para com os países menos desenvolvidos

deve reconhecer. Não como benfeitores ou filantropos, mas sim como beneficiários fundamentais nesse processo de integração. Não faremos nenhum favor ao Uruguai e ao Paraguai, porque disso nunca precisaram. Precisam de solidariedade.

Na opinião de Aldo Rebelo, as nações mais ricas do bloco precisam entender que qualquer

diferença em suas balanças comerciais, que resulte de uma atitude generosa para com esses países, não significará perda, mas sim força, porque tornará a comunidade maior, mais solidária e portanto mais forte.

Núñez sugere negociações para reduzir as diferenças

Para o presidente do Parlamento, o senador paraguaio Alfonso González Núñez, a nova instituição deverá ajudar a desenvolver políticas adequadas e negociações diplomáticas efetivas visando minimizar as diferenças e colaborar no processo de integração. Ele ficará no cargo até a primeira sessão ordinária do colegiado, programada para março, em Montevideu.



Alfonso González Núñez

Para Atanasof, instituição será a voz da sociedade

Em seu discurso, o presidente da representação Argentina, deputado Alfredo Atanasof, ressaltou que com a instalação do Parlamento do Mercosul a voz da sociedade terá lugar para reverberar. Ele destacou que a criação do órgão legislativo é um grande passo no processo de integração regional de Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela, membros efetivos do bloco.



Alfredo Atanasof

Álvarez prega políticas públicas contra pobreza

Presidente da Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul, o argentino Carlos “Chacho” Álvarez afirmou que o desafio do Mercosul é realizar políticas públicas contra a pobreza e a desigualdade e em prol do crescimento sustentável dos países da América do Sul. “Se não se combatem as desigualdades, não há construção da comunidade regional do Mercosul”, disse.



Chacho Álvarez



Representantes dos países-membros, Renan e Lula esperam que o Parlamento seja um passo para chegar ao fortalecimento da comunidade

Renan: Brasil não tem pretensão hegemônica

Na sessão de instalação do Parlamento do Mercosul, o presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que o Brasil não tem pretensões hegemônicas na América Latina, como alguns países chegam a suspeitar.

Ele definiu a inauguração desse fórum como um momento histórico e anunciou o grande desafio que essa instituição terá pela frente: legitimar a integração, representar seus povos e trazer a debate os grandes temas regionais.

– Os contenciosos não deixarão de acontecer. Novas divergências poderão surgir em nossa união. O Parlamento do Mercosul será, entretanto, o grande espaço para que todas as questões regionais sejam intensa e livremente estudadas e discutidas, com a legitimidade dos representantes de nossos povos – assinalou.

Renan recomendou que Argen-



Célio Azevedo

Para Renan, um dos desafios do novo Parlamento é eliminar desconfianças

tina, Paraguai, Uruguai, Venezuela e Brasil não esmoreçam na consolidação desse bloco econômico. Para ele, a vontade de integração deve prevalecer acima de qualquer divergência. O presidente do Senado reconheceu que há momentos, na América Latina, em que o Mercosul parece não progredir.

Mas explicou que são assim os processos de integração: “paulatinos e necessariamente adaptáveis às circunstâncias históricas, para que possam ser irreversíveis”.

Ele declarou que o Brasil sonha com uma integração completa, com moeda única e livre trânsito não só de mercadorias e empresas, mas também de pessoas, que haverão de ter cidadania única, a cidadania sul-americana.

– Porque somos países unidos, com interesses comuns diante do mundo. Esse é um sonho ainda distante, mas possível. Um sonho que nos cumpre realizar.

Renan considerou “uma dádiva participar dessa iniciativa fundamental para a consolidação da integração sul-americana. Trata-se de um passo da maior importância na consecução do ideal de integração regional que nos move a todos: um símbolo concreto de

nosso firme compromisso com a democracia, com a liberdade e com a paz”. O presidente do Senado também disse que a união vai além da parceria econômico-comercial, pois será também científico-tecnológica, cultural, jurídica, social e estratégica.

– O Parlamento do Mercosul constituirá seguramente o fórum político de debates e de busca de consenso nos temas que interessam a nossa região. Com o Parlamento, conseguiremos acelerar o processo de internalização das normas do Mercosul a nossos ordenamentos jurídicos internos. E com o peso de sua representatividade ele servirá à nossa determinação de promover os direitos humanos, o desenvolvimento sustentável da região, com inclusão e justiça social, bem como o respeito à diversidade cultural de nossos povos – ressaltou.

Comissão será responsável por fase de transição

Após a constituição do Parlamento do Mercosul, inicia-se agora uma fase de transição que se estenderá até 26 de março do próximo ano, quando está prevista a primeira sessão ordinária da nova assembléia.

Até essa data, uma comissão presidida pelo senador paraguaio Alfonso González Núñez tratará das questões regimentais e administrativas que viabilizarão as atividades do Parlamento – como, por exemplo, o seu respectivo orçamento.

O presidente da representação uruguaia na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPCM), deputado Roberto Conde, ponderou que esse período de transição – que vai de 14 de dezembro a 26 de março – “é muito curto e representa uma exigência muito severa”.

– Teremos de fazer um grande esforço para cumprir tal prazo – observou o parlamentar uruguaio.

Além do fortalecimento do mercado regional, “que representa a base material do processo de integração”, Conde ressaltou que o Parlamento do Mercosul deverá atuar ainda na criação de instituições políticas comuns aos cinco países-membros e também na integração social e cultural de suas populações.

Cada país-membro terá 18 representantes no novo parlamento (nove senadores e nove deputados). As primeiras sessões plenárias da nova instituição, já na sua sede em Montevidéu, Uruguai, deverão ser realizadas a partir de março de 2007, em data ainda a ser definida.

Lula defende ajuda a países menos desenvolvidos

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva declarou que o Brasil deve ter políticas generosas com os países menores e menos desenvolvidos da América Latina para que haja maior integração do Mercosul. A afirmação foi feita durante a sessão de instalação do Parlamento do Mercosul.

Presidente *pro tempore* do Mercosul, Lula, que compôs a Mesa durante a cerimônia, disse que, se Brasil e Argentina – os maiores do bloco – não ajudarem países como a Bolívia, por exemplo, essas nações não encontrarão qualquer razão para participar do mercado comum.

– Queria que houvesse compreensão de que a integração é um momento extraordinário e que nós não nos cansemos de debater nos-



Célio Azevedo

Lula: “Chegaram a dizer que o Mercosul acabara. Hoje, ninguém mais fala em Alca”

sas divergências e convergências – comentou.

Ele observou que a imprensa, muitas vezes, noticia “com certo desdém” matérias sobre o Mercosul, e aconselha a fazer acor-

dos comerciais com os Estados Unidos. Lula citou os problemas enfrentados pelo Brasil nas negociações comerciais com o gás e o arroz junto à Bolívia e ao Uruguai, respectivamente, destacando que “às vezes há inimizades” de parte a parte, mas é preciso compreensão nas negociações entre os países.

O presidente da República lembrou que, quando tomou posse, falava-se que o Mercosul havia acabado e que era necessário consolidar a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), idealizada pelos Estados Unidos. Atualmente, complementou, “ninguém mais fala em Alca, a não ser algum saudosista”.

Lula afirmou que o governo agiu corretamente, ao não ficar

dependendo apenas de um país ou de um bloco de países, e que o Brasil deve trabalhar para consolidar a instituição e dinamizar sua economia para poder negociar com outros blocos, como a União Européia.

A nova assembléia, conforme explicou, não terá inicialmente uma função legislativa, mas um papel decisivo para avançar na legislação nacional de diversas áreas dos países-membros.

O Parlamento do Mercosul terá também a missão de tornar mais ágil a ordenação jurídica do bloco, seguindo as grandes experiências em curso no mundo, na opinião de Lula.

– Quem sabe não teremos no futuro próximo uma vertente judiciária no Mercosul – disse.

Uruguaio pede respeito aos acordos a serem firmados

O responsável pelo Uruguai na CPCM, deputado Roberto Conde, disse que o respeito aos acordos a serem firmados, incluindo os comerciais e políticos, será a base para que



o Mercosul finque raízes para crescer e se transformar em uma comunidade de nações forte e respeitada em todo o mundo. Advertiu, entretanto, que seria danoso um Estado se sobrepor a outro.

Roberto Conde

Venezuelano prega união para combater a injustiça social

A instalação do Parlamento do Mercosul é, na visão do presidente da representação da Venezuela na CPCM, deputado Saúl Ortega, uma “oportunidade histórica” para que os



países latino-americanos se unam, se fortaleçam e se desenvolvam. No entender dele, é dever da nova instituição ser a base para a promoção da justiça social e para o fim da pobreza entre as populações da região.

Saúl Ortega

Prioridade é o Parlamento do Mercosul, afirma Marco Aurélio

O Parlamento da América do Sul – cuja criação chegou a ser cogitada na semana passada pelo presidente Lula, durante uma cúpula – só poderá ser concretizado a longo prazo, segundo o



assessor especial da Presidência da República para assuntos internacionais, Marco Aurélio Garcia.

Ele reiterou a prioridade do governo brasileiro para a consolidação do Parlamento do Mercosul.

Marco Aurélio

Dinheiro virá de recursos orçamentários contingenciados em outros anos, da arrecadação com fundos para manutenção da Aeronáutica e de emenda parlamentar

Governo destinará R\$ 600 milhões ao controle aéreo

De acordo com os senadores Ney Suassuna (PMDB-PB) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), o governo destinará cerca de R\$ 600 milhões para custeio e aquisição de equipamentos de controle de tráfego aéreo em 2007. O dinheiro virá de recursos orçamentários contingenciados em outros anos, da arrecadação com fundos para manutenção da Aeronáutica e da destinação de emenda parlamentar.

Suassuna e Antonio Carlos fazem parte da comissão especial do Senado criada com o objetivo de examinar causas do chamado “apagão aéreo” – que vem prejudicando as viagens no Brasil. Ontem, os dois senadores, juntamente com Arthur Virgílio (PSDB-AM), reuniram-se com o comandante da Aeronáutica, Luiz Carlos Bueno; com o presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Milton Zuanazzi; e com representantes das companhias aéreas BRA, Web Jet, Gol e Ocean Air.



ACM e Suassuna (D) fazem parte de comissão especial

Antonio Carlos Magalhães informou que foram discutidas nessa reunião formas de melhorar o atendimento nos aeroportos. Ele voltou a afirmar que não haverá problemas com os vôos nos períodos do Natal e do Ano-Novo e disse que as autoridades estão “contando com a colaboração dos controladores de voo”. Em discurso no Plenário, à tarde, o senador ressaltou ter recebido com satisfação a notícia da destinação de verbas a ser

feita pelo governo. Ele atribuiu a decisão à mobilização dos parlamentares e da imprensa por uma solução para a crise.

– Graças à comissão, uma iniciativa minha, e ao Senado e à imprensa, conseguimos recursos do Fundo da Aeronáutica para o controle aéreo em

2007 – comemorou.

O senador criticou o ministro da Defesa, Waldir Pires, que, referindo-se às queixas dos controladores de tráfego quanto aos seus salários, disse que também ganhava pouco para um ministro de Estado.

– O ministro tem três polpudas aposentadorias e ainda ganha por reuniões de conselhos de que participa. Como tem coragem de dizer que ganha apenas R\$ 6 mil? – indagou o senador.

Antonio Carlos pede que TSE puna o PT com rigor

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) pediu ontem, no Plenário, punição rigorosa para o PT, devido à rejeição, pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), das contas do Comitê Financeiro do partido relativas à campanha do presidente Lula à reeleição. O TSE concluiu que houve irregularidade no recebimento de R\$ 10 mil doados pela concessionária de serviços públicos Deicmar, mas aprovou as contas do presidente.

– O TSE deveria ter rejeitado totalmente as contas do presidente Lula – disse o senador, frisando que o PT “sabe como recolher dinheiro pelas vias mais tortuosas que podem existir”.

Antonio Carlos criticou ainda a Justiça pela impunidade de políticos do governo supostamente envolvidos em corrupção e reagiu contra a recondução anunciada de Paulo Okamoto à presidência do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

Augusto Botelho explica razão para mudança de partido

Ao anunciar sua filiação ao Partido dos Trabalhadores (PT), ocorrida na quarta-feira, o senador Augusto Botelho (RR) disse, em discurso feito ontem, que tomou a decisão devido a sua identificação com as políticas públicas do PT à frente do governo federal. Ele deixou o PDT, partido pelo qual afirma nutrir o mais profundo respeito.

– O móvel dessa mudança que fiz, e isso precisa ser frisado, não se finca no meu interesse pessoal – salientou.

Augusto destacou que o produto interno bruto do seu estado representa 0,11% do PIB nacional e ressaltou a gravidade dos problemas associados à posse da terra e a questões ambientais.

– Roraima é um estado que ainda necessita de vigorosa contribuição do governo central para poder caminhar com suas próprias pernas – observou o senador, acrescentando que seu objetivo, agora integrando o PT, será o de lutar para encontrar



Augusto Botelho: “O móvel dessa mudança não se finca no meu interesse pessoal”

um meio termo entre, por um lado, a preservação ambiental e a preservação da cultura indígena e, por outro, o desenvolvimento econômico.

Em nome do PT, Sibá Machado (AC) saudou o novo membro da bancada do partido no Senado, que agora passa a ter 13 integrantes. Delcídio Amaral (PT-MS) ressaltou que Augusto Botelho “é uma pessoa que tem uma história bonita no estado de Roraima e é respeitado por seu povo”.

Teotônio Vilela Filho despede-se do Senado lembrando o pai

Em seu discurso de despedida do Senado, o senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL), que vai assumir o cargo de governador de Alagoas, relembrou ontem o seu primeiro pronunciamento, que fez por ocasião da homenagem da Assembléia Nacional Constituinte a seu pai, Teotônio Vilela, o Menestrel das Alagoas.

– Na ocasião, abordamos o Projeto Brasil, a receita do Velho Menestrel para o resgate da dívida do país para com o nosso povo. Isso faz pouco menos de 20 anos, mas as mudanças que o Brasil experimentou a partir de então foram transformações de mais de um século – afirmou, exemplificando com a eleição à Presidência da República de Lula, um antigo sindicalista que foi visitado por Teotônio Vilela na prisão.

– No entanto, o Brasil, que dominou por completo o processo inflacionário, não consegue desconcentrar a renda e atingir o desenvolvimento; a iniquidade social não apenas persiste, como se amplia. Como está mudado e como está igual o Brasil – disse.

Teotônio Vilela Filho prometeu dar continuidade, no governo de Alagoas, à bandeira de seu pai de resgate da dívida social com milhões de brasileiros.



Teotônio promete assumir bandeira do “Velho Menestrel” no governo de Alagoas

Efraim Morais (PFL-PB) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disseram, em apartes, que Teotônio, em sua trajetória política, tinha feito jus à memória de seu pai. Pedro Simon (PMDB-RS), que foi amigo do pai do senador, elogiou a família e a formação que dela recebeu Teotônio Filho.

O senador César Borges (PFL-BA) lembrou a história política do colega que se despedia. Já Delcídio Amaral (PT-MS) recordou a atuação de Teotônio à frente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura e Ney Suassuna (PMDB-PB) exaltou a capacidade de Teotônio para resolver de forma discreta problemas de difícil solução, inclusive na liderança do PSDB.

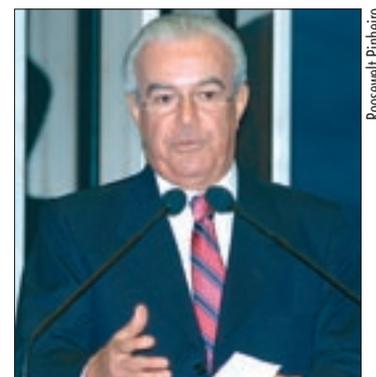
Fernando Bezerra anuncia que não deixará a vida pública

“Volto à iniciativa privada, mas digo ao povo do Rio Grande do Norte que não deixarei a vida pública”, declarou Fernando Bezerra (PTB-RN), no pronunciamento de despedida do mandato.

Bezerra lembrou que ingressou na política em 1990, quando Garibaldi Alves Filho (PMDB) o convidou para ser seu suplente na candidatura ao Senado. Em 1994, Garibaldi foi eleito governador do Rio Grande do Norte e Bezerra assumiu sua cadeira na Casa. Quatro anos depois, candidatou-se à reeleição e foi o senador mais votado da história do seu estado, até aquela data.

– Eu, que nunca tinha disputado um voto sequer, fiquei emocionado e grato com o povo do Rio Grande do Norte. Logo após chegar ao Senado, tornei-me líder do governo FHC em uma situação na qual eu estava despreparado para o cargo. Mal aprendi o ofício de líder, assumi o Ministério da Integração Nacional – disse.

Depois de ter sido acusado de má aplicação de recursos obtidos junto à Sudene como empresário,



Fernando Bezerra recebe na tribuna homenagens em apartes de 17 senadores

Bezerra pediu demissão do cargo de ministro e voltou ao Senado. Ele afirmou que a solidariedade que recebeu dos colegas senadores e do povo do seu estado o fizeram superar o episódio. O então procurador-geral da República, Cláudio Fontelles, determinou o arquivamento do processo por falta de provas. Depois disso, ele assumiu a liderança do governo Lula no Congresso.

Bezerra foi homenageado, em apartes, por 17 senadores que classificaram de injustas as denúncias contra ele e o elogiaram.



Efraim Morais frisa que Brasil só não está atrás da Bolívia, do Suriname e da Guiana

Efraim denuncia crescimento da mortalidade infantil

O senador Efraim Morais (PFL-PB) citou relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) sobre a mortalidade infantil no planeta, acusando o governo pelo fato de o país ter caído duas posições no *ranking* mundial. O Brasil está em 86º lugar de um total de 193 países em uma classificação descendente, isto é, a nação com os piores índices fica em primeiro lugar. Em números concretos, isso significa que a cada mil crianças nascidas vivas no país, 33 morrem antes de completar cinco anos. O senador ressaltou que, na América do Sul, o Brasil só não está atrás da Bolívia, do Suriname e da Guiana.



Projeto de Roseana atenderia municípios pequenos, em regiões menos favorecidas

Proposta facilita investimento em programas sociais

Roseana Sarney (sem partido-MA) anunciou apresentação de projeto de lei (PLS 331/06) com o objetivo de facilitar a aplicação de recursos federais em programas de interesse social, especialmente em municípios cuja fragilidade financeira torne inviável sua co-participação nos custos dessa política pública.

A proposta atenderia municípios de menor porte, em regiões menos favorecidas e com poucas condições de desenvolvimento econômico, que têm pequena arrecadação, recebem menos recursos fiscais para investimento, de forma que a União realize transferências com contrapartida menor ou até mesmo sem nenhuma.

Acordo político de última hora assegurou mecanismos para dar maior transparência e controle aos recursos federais repassados voluntariamente aos estados e municípios

Depois de cinco meses de impasse, Congresso acolhe LDO

Com um atraso de cinco meses, provocado por impasses políticos, o Congresso aprovou ontem o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2007. A LDO orienta o governo e o Congresso na feitura do Orçamento do próximo ano.

O impasse durou até os últimos minutos de sua votação, o que exigiu inclusive que fosse suspensa a sessão do Congresso para que os líderes partidários da oposição e do governo chegassem a um acordo. Os parlamentares tiraram do projeto da LDO, votado há cinco meses pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), um parágrafo que permitia ao governo gastar duodécimos dos investimentos caso o Orçamento não fosse aprovado neste ano.

O maior ponto de conflito girou em torno do artigo 2º do projeto da LDO, onde se exigia que o governo reduzisse seus gastos correntes primários (pessoal, Previdência e manutenção da máquina) de 2007 em 0,1% do produto interno bruto (PIB) de 2006. Há dois meses, um acordo partidário dentro da CMO recomendara ao relator-geral da LDO, senador Romero Jucá (PMDB-RR), a retirada da obrigatoriedade do corte de 0,1%, porque o seu cumprimento geraria um rombo de R\$ 5,2 bilhões e, assim, obrigaria o Congresso a fazer um inédito corte de gastos.

Ontem, na sessão do Congresso, o PFL não concordou com a

extinção do mecanismo que freia os gastos federais em 2007. Se o governo não concordasse, o partido ameaçava pedir verificação de quórum e, com isso, derrubar a sessão, adiando mais uma vez a votação da lei. Na procura de um acordo, a sessão foi suspensa por quase meia hora.

Resultado: o corte de 0,1% continua no texto, mas ele só será aplicado na execução orçamentária de 2007. Na prática, isso significa que, na lei orçamentária que sairá, o Congresso poderá

Congresso aprova R\$ 2,8 bilhões em créditos

O Congresso aprovou cerca de R\$ 2,8 bilhões em créditos especiais ou suplementares que beneficiam diversos ministérios e órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Também foi ratificado crédito suplementar de pouco mais de R\$ 243 milhões para a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) que, segundo o deputado Gilmar Machado (PT-MG), presidente da CMO, serão gastos com manutenção, expansão ou adequação da infra-estrutura de vários aeroportos do país.

ultrapassar o limite, mas o Executivo terá de cumprir o corte. Por isso mesmo, Jucá admitiu em entrevista à imprensa, depois da sessão do Congresso, que o governo poderá vetar o dispositivo do 0,1% defendido pelo PFL.

A área econômica emplacou, na última hora, um artigo na LDO que permite a utilização do valor que exceder o superávit primário do governo federal (3,15% do PIB) de 2006 em projetos de infra-estrutura do Projeto Piloto de Investimentos (PPI), desde que cumpra a meta global fiscal de 4,25% do PIB. Ou seja, o governo arrumou uma forma nova de obter recursos para alavancar os investimentos públicos ao longo de 2007.

O acordo político de última hora assegurou mecanismos para dar maior transparência e controle aos recursos federais repassados voluntariamente aos estados e municípios. Segundo Jucá, o mais importante deles é a obrigatoriedade de processos seletivos para escolha das ONGs que disputam verbas federais. Isso foi uma recomendação da CPI dos Sanguesugos. Tal dispositivo ainda deverá ser regulamentado.

Outra novidade foi a exigência de acompanhamento da execução dos convênios firmados entre o governo federal e prefeituras e estados. Para isso, os dados deverão ser lançados no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi).



Romeu Tuma lembra experiências bem-sucedidas já implantadas em São Paulo

Tuma elogia projeto de ensino básico em tempo integral

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) disse que governantes e elites dirigentes parecem finalmente ter se dado conta de que não haverá outra saída para a construção de um país desenvolvido e para a solução dos problemas de desequilíbrio socioeconômico e de criminalidade senão por meio de educação pública universal e de qualidade para crianças e jovens.

– Começa a surgir, depois de longo tempo de espera, a idéia de se implantar o ensino em tempo integral nas escolas públicas de todo o Brasil – elogiou.

Romeu Tuma lembrou que experiências bem-sucedidas de turno integral já foram implantadas na cidade de São Paulo, quando José Serra esteve à frente da prefeitura, pelo então secretário de Educação José Aristodemo Pinotti, e também em outros pontos do país. Os resultados desse tipo de educação, disse, são bastante conhecidos por países com altos patamares de desenvolvimento.

– Há, em todas essas iniciativas pioneiras, elementos que podem servir de modelo para o país sair desse histórico atoleiro que entrava o processo educacional de nossas crianças e jovens – opinou.

Tuma também fez apelo ao governo para que os recursos do Fundo de Desenvolvimento e Manutenção da Educação Básica (Fundeb) sejam bem utilizados, com pagamento de bons salários aos professores, instalações escolares apropriadas e programas educativos que contemplem a formação da cidadania, a civilidade e a cultura.

– A escola brasileira tem de se tornar um centro de formação de cidadãos – enfatizou.

Para Tuma, as universidades públicas, apesar das mazelas existentes, ainda são as melhores do país. Ele observou, no entanto, que o mesmo não ocorre com o sistema público de educação básica, que inclui creches, ensino infantil, fundamental, médio, educação de jovens e adultos e educação especial.



Congresso ainda ratificou crédito suplementar de mais de R\$ 243 milhões para investimentos em infra-estrutura de aeroportos



Jane Alencar

Maciel relata ter participado do seminário *As Novas Fronteiras do Federalismo*

Marco Maciel quer rediscutir o tema da Federação no Brasil

Ao relatar, ontem, sua participação como painelistas no seminário *As Novas Fronteiras do Federalismo*, promovido recentemente em São Paulo pelo governador Cláudio Lembo, o senador Marco Maciel (PFL-PE) chamou a atenção para a necessidade de os congressistas e, em particular, os senadores, rediscutirem a questão federativa. Ele disse que, embora a Federação tenha sido uma conquista expressa na primeira Carta Republicana, de 1891, até hoje não se tem no Brasil uma “autêntica e verdadeira” Federação.

– Um país de grande expressão demográfica e enorme extensão territorial não pode ser governado senão de forma descentralizada, e descentralização é sinônimo de Federação – frisou o senador.

Para Maciel, com a renovação dos governos federal e estaduais e dos parlamentos, no início de 2007, essa seria a ocasião apropriada para trazer o tema da Federação para o centro do debate, que está, em sua opinião, diretamente interligado ao das reformas institucionais. O senador, que falou no seminário sobre o tema “Federalismo nas Américas”, fez um histórico do federalismo no Brasil e na América Latina e fez uma comparação entre o federalismo dos Estados Unidos, onde o governo central surgiu da associação das colônias, e o do Brasil, onde o Estado unitário do Império cedeu parte de suas atribuições às então províncias, hoje chamadas estados.

– Isso talvez explique porque ainda não temos uma verdadeira Federação. É muito difícil haver uma boa repartição de atribuições e prerrogativas entre os estados quando uma Federação já nasce de um Estado extremamente centralizado – explicou.

Maciel informou que estiveram presentes ao evento especialistas brasileiros e do exterior, e representantes dos principais estados federados de Alemanha, Áustria, Canadá e China.

Projeto beneficia funcionários com deficiência, que trabalham em atividade de risco ou que exercem funções sob condições que prejudicam sua saúde ou integridade física

Comissão aprova aposentadoria especial para servidores públicos

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou substitutivo a três projetos de lei complementar que tramitam em conjunto prevendo a concessão de aposentadoria especial, aos 25 anos de contribuição, a servidores públicos em três condições específicas: os com deficiência, os que trabalham em atividades de risco e os que exercem funções sob condições especiais que prejudicam sua saúde ou integridade física.

A matéria segue agora para o Plenário. Os três projetos já foram aprovados em conjunto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), com relatório do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA). Na CAS, receberam parecer com substitutivo do senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), nomeado relator *ad hoc*.

De acordo com o PLS 68/03, do

senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), a aposentadoria especial será devida aos servidores públicos que exerçam atividades prejudiciais à saúde ou integridade física, tais como exposição aos agentes nocivos químicos ou biológicos, de maneira permanente ou habitual, excluindo atividades ocasionais ou intermitentes.

O segundo projeto (PLS 250/05), do senador Paulo Paim (PT-RS), também concede aposentadoria aos 25 anos de trabalho aos servidores públicos portadores de deficiência. A deficiência definida no texto abrange limitação físico-motora, mental, visual, auditiva ou múltipla, que torne o servidor hipossuficiente (sem condições econômicas) para sua inserção social regular.

O terceiro projeto (PLS 8/06), do senador Marco Maciel (PFL-PE), concede aposentadoria de-

pois de 25 anos de trabalho aos servidores públicos portadores da deficiência física conhecida como síndrome da talidomida.

O relator acatou, em seu parecer, emenda de Paim ao PLS 68/03, para incluir, entre os servidores que podem requerer aposentadoria especial com 25 anos de trabalho, aqueles que exerçam atividades com risco de vida, como policiais, peritos e agentes penitenciários.

A CAS também discutiu projeto de Paim (PLS 248/06) que regulamenta a cobrança da contribuição assistencial devida pelos trabalhadores às suas entidades sindicais. Como, no momento da votação, não havia quórum para a deliberação, o presidente do colegiado, senador Antônio Carlos Valadares, decidiu transferir a decisão para a próxima quarta-feira.



Roosevelt Pinheiro

Mão Santa: “Onde está o espetáculo do crescimento prometido por Lula?”

Mão Santa alerta para aumento do desemprego

Ao comentar matéria publicada pelo jornal *O Globo*, o senador Mão Santa (PMDB-PI) criticou o governo federal pelo crescimento do desemprego na economia brasileira. Para ele, o encolhimento do emprego no país em 2006, identificado em estudo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), se deve principalmente às pequenas taxas de crescimento do produto interno bruto (PIB) verificadas nos três primeiros anos do governo Lula.

– O emprego terá o pior resultado em seis anos, diz a Fiesp. Onde está o espetáculo do crescimento prometido pelo governo Lula? – questionou Mão Santa.

Malta: bancada do Espírito Santo tem avaliação positiva

Magno Malta (PL-ES) comentou ontem reportagem do jornal *A Gazeta*, do Espírito Santo, em que figura como o líder do ranking de emendas empenhadas pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, com R\$ 1,5 milhão, e faz uma avaliação positiva da atuação da bancada federal na busca por recursos para o estado e seus municípios.

O senador lembrou que o Orçamento Geral da União de 2007 será votado na próxima semana e defendeu a implementação do orçamento impositivo para facilitar o repasse para os municípios dos recursos oriundos de emendas individuais dos parlamentares.



Roosevelt Pinheiro

Segundo reportagem, Malta é o líder do ranking de emendas, com R\$ 1,5 milhão



Márcia Kallume

Participantes da audiência presidida por Paim (C) responsabilizam autoridades públicas por crise nos fundos de pensão de empresas aéreas

Audiência debate liquidação judicial de fundos de pensão

Audiência pública realizada ontem na CAS debateu as liquidações judiciais dos fundos de pensão de empresas aéreas, que estão causando prejuízos aos beneficiados. Os participantes responsabilizaram as autoridades públicas pela crise que os fundos enfrentam e alertaram que beneficiários idosos estão com sérios problemas de saúde e sem receberem seus benefícios.

O senador Paulo Paim (PT-RS) anunciou que a CAS vai intervir junto ao poder público a fim de buscar soluções para o impasse, inclusive com envio de ofício à ministra Ellen Gracie, presidente do Supremo Tribunal Federal

(STF), onde a União conseguiu suspender decisão que beneficia os aposentados e pensionistas associados aos fundos de pensão.

Participaram da audiência pública a presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas e Aeroviários (SNA), Graziella Baggio; o advogado do SNA, Luís Antônio Castagna Maia; o presidente da Infraero, brigadeiro José Carlos Pereira; o gestor judicial da Varig, Miguel Dau; o presidente da Associação dos Participantes e Beneficiários da Aerus (Aprus), Manoel da Silva Neves; o funcionário da Varig Élnio Borges Malheiros; a presidente da Associação dos Aeronautas

e Aeroviários do Brasil, Maria Aparecida Tavares Leite; e a advogada Cristina Dornelles, além dos senadores Paim e Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC).

São 15 mil funcionários (6.700 aposentados e 8.300 em fase de contribuição) nos dois planos de aposentadorias do fundo de pensão da empresa Aerus. Os aposentados e pensionistas de um dos planos estão recebendo apenas 50% do valor dos benefícios, mas o pagamento pode ser encerrado até o fim do ano. A Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social realizou intervenção na Aerus e decretou sua liquidação.